

Brasil e Venezuela: as origens de uma geopolítica amazônica

Nelvio Paulo Dutra Santos¹

1. Introdução

A Geopolítica, segundo Comblin (1978) é o estudo da relação entre a geografia e os Estados, sua história, destino, rivalidades e lutas e, afirma ainda, os Estados sempre fizeram e fazem geopolítica sem saber. A expressão tornou-se conhecida com os projetos e ações que levaram o mundo à Segunda Grande Guerra e posteriormente à Guerra Fria. Consagrada nas ciências políticas e inicialmente utilizada por alguns poucos teóricos e estrategistas europeus, a expressão ultrapassou o significado original de conjunto de estratégias nacionalistas e adquiriu status de estudo acadêmico, uma chave para entender as históricas rivalidades entre as grandes potências e seus desdobramentos. Também

passou a ser presença obrigatória em estudos sobre a história recente de alguns países situados no Hemisfério Sul, onde medidas de natureza “geopolíticas” foram tomadas por países latinoamericanos em defesa de seu território e suas fronteiras, visando proteger-se de vizinhos potencialmente hostis.

Este artigo busca identificar e comentar algumas medidas governamentais e fatos ocorridos no período pré-Segunda Guerra no Brasil e na Venezuela, ligados às questões da segurança de fronteiras e de seus recursos naturais na Amazônia. Isto é, melhor entender como as autoridades dos dois países estavam administrando seu território, não só em razão da dinâmica socioeconô-

mica interna, mas em face às ambições européias e norte-americanas, bem como os possíveis problemas com seus vizinhos. Nos dois países, a história dava motivos para preocupações. Um e outro tinham origem colonial e dispunham de uma gama de cobiçados recursos naturais e estratégicos. Ambos tiveram problemas de fronteiras com vizinhos e a Venezuela, ao contrário do Brasil, pode considerar-se quanto a isso como uma grande perdedora.

Geograficamente, a Venezuela é um país de porte médio, caribenho, e também andino e amazônico. Historicamente, é herdeira de um passado de lutas anticoloniais e de caudilhos e no início do século XX teve sua história modificada pela exploração do petróleo. O Brasil adquiriu estabilidade política já na metade de século XIX e teve a partir daí sua economia e sua vida ligada à economia cafeeira. Essa centralização econômica resultou não só em regionalização política, em detrimento de regiões mais afastadas dos centros dinâmicos, mas também em desigualdades político-sociais.

Lideranças e intelectuais de ambos os países, conscientes das desvantagens políticas e geopolíticas dessa centralização, alertavam para os perigos de um país fragmentado, com fronteiras desguarnecidas e um interior quase desconhecido. Alguns governantes também assim achavam e tomaram medidas para mudar o cenário interno, enquanto o externo era cada vez mais ameaçador.

Assim, a Amazônia, de um lado e de outro, não seria mais a mesma. Outra “marca” identificada, no período, embora não seja foco desse trabalho é a continuidade de alguns projetos durante e após a Guerra Fria (1947-1991), o que demonstra a importância da problemática.

2. Uma herança colonial e imperialista

Analisando a evolução histórica das relações internacionais da Venezuela e do Brasil, Vizentini (1995) destaca que a primeira no início do século XX não tinha ainda concluído a construção do Estado Nacional, tendo sofrido perdas territoriais para vizinhos e Inglaterra. Em 1897, a Venezuela cedeu aos ingleses uma área em litígio, situada hoje na Guiana e desde então reclamada. Além do mais, países europeus, alegando atraso no pagamento de dívidas atacaram o país em 1903. Em posição mais favorável, o Brasil, em 1851-1853 resistiu a pressões estrangeiras, principalmente dos Estados Unidos para abrir o rio Amazonas à livre navegação internacional (REIS, 1989). Mas em 1904, não conseguiu, por outro lado, vencer as pretensões inglesas na questão de um litígio territorial na região do Pirara, na fronteira com a hoje República da Guiana.

Fato mais conhecido é o conjunto de ações promovidas pelo presidente americano Theodore Roosevelt, que incluem a conquista de Cuba, abertura do Canal do Panamá além de intervenções armadas no Caribe e continente sul-americano - o

“Corolário Roosevelt”. Instrumento menos visível e mais sofisticado foi a criação da *National Conservation Commission*, em 1908, para organizar o primeiro inventário de recursos naturais dos Estados Unidos e que posteriormente teve ação ampliada para outros países e dado origem a instituições de pesquisa com apoio, declarado ou não, do governo.

Pelo menos até 1933, excetuando-se o Brasil, o destino dos países do Hemisfério Sul, principalmente os do Caribe e América Central esteve traçado com aplicação da política do “Corolário” e do domínio comercial, financeiro, tecnológico e militar do poderoso país do Norte. O Brasil foi um caso à parte, pois após o fim do Império (1889), a política externa do Barão do Rio Branco não só tratou de acertar tratados de fronteiras com seus vizinhos, mas prudentemente buscou proteção dos Estados Unidos (CALMON, 1971), para, principalmente enfrentar ambições européias e garantir estabilidade numa economia dependente. Tratava-se, pois, de um jogo difícil, no qual países “peões” poderiam ser submetidos.

Não admira que intelectuais dos países dependentes e dos dominantes se manifestassem a favor ou contra idéias que justificavam ou repeliam teorias que envolviam acordos comerciais e o acesso a recursos e territórios. Mas as ações concretas logicamente ficavam por conta dos governantes e geralmente tinham caráter ditatorial, dada às conhecidas divisões internas. Na Venezuela, presidentes como Guzmán (1879-

1888) e Gómez (1908-1935) implantaram medidas visando à expansão econômica, pois o país tinha grandes desigualdades sociais e econômicas regionais. O primeiro preocupou-se com a ocupação desigual de seu território, em grande parte desconhecido, o que só voltou a acontecer após o governo de Gómez, ligado à produção petrolífera, altamente regionalizada. Em resumo, o social estava dominado pelo político e este, sobretudo no caso venezuelano, pelo econômico.

Desde a segunda metade do século XIX que o grande capital, impulsionado pela Segunda Revolução Industrial, e governos dos países centrais haviam promovido a partilha da África e avançado em outros continentes, como a confirmar o que diz Marx, para quem o capitalismo tem que expandir para não morrer. Necessidade de expansão e nacionalismo promoveram e acirraram rivalidades que levou a Europa e depois outras partes do mundo a uma catástrofe entre 1914-1918, conhecida como Primeira Grande Guerra Mundial. Mas se o palco desta foi mais europeu, conforme Hobsbawm (2000), não resolveu os problemas que a geraram, como a rivalidade entre potências e projetaram uma nova potência mundial: os Estados Unidos.

Na década de 1920 pareceu que o progresso geral e a paz, capitaneados pelos Estados Unidos dominariam, mas, em 1929 eclodiu a *Grande Crise*, matriz da *Depressão* e o mundo foi envolvido por uma convulsão econômica e social ja-

mais vista. Seguiu-se um tempo - a década de 1930 - de reorganização, de macroplanejamento e, quanto às grandes potências, a preparação para uma nova guerra. Foi também o tempo em que no Brasil, onde houve uma revolução que alijou as antigas oligarquias regionais, foi montado um aparato modernizador e a partir de 1937, altamente controlador e autoritário. Grande exportador de produtos primários e importador de manufaturados, o país teve um novo momento e conjunto de oportunidades para quebrar os fortes laços de dependência.

O café representava no Brasil o que o petróleo era para a Venezuela e a Depressão, rebaixando suas exportações, indicava que era necessário mudar alguma coisa. Ambas as economias haviam criados “ilhas” e grupos regionais que dificultavam a modernização e a nacionalização dos países. Algo semelhante ocorreu também no México e Argentina, enquanto que a situação internacional apresentava um cenário nada promissor. Por outro lado, o nacionalismo e a fé na ciência e no planejamento indicavam soluções técnicas, sobrepondo-se ao simples mando político e fortaleciam o poder de governantes. Havia ainda, historicamente presentes, as pressões externas, mas estas foram amenizadas pelos acontecimentos.

3. A década de 1930: tensões políticas, modernização e controle

Na década de 1930, uma das pre-

ocupações políticas de alguns governos da América Latina era o de proteger, conhecer melhor e explorar racionalmente os recursos naturais dentro de seu território, garantindo um padrão de vida melhor para suas populações. A situação explosiva na Europa e nos Estados Unidos após a crise de 1929, a Revolução Russa e, mais de perto, a Revolução Mexicana eram exemplos: não era prudente manter populações divididas por imensas diferenças. Na própria Europa eclodiram revoluções, como a guerra civil espanhola (1936-1939), demonstrando que as divisões sociais e políticas eram reais e explosivas.

Buscando soluções para seus problemas econômicos o Brasil, a Argentina e o México buscavam modernizar-se - o que equivalia a industrializar-se. A Venezuela, governada desde décadas por ditaduras, desfrutava de uma situação especial dado ao fato de ter se transformado no segundo exportador mundial de petróleo, mas mesmo fortemente ligada à economia e à política estadunidense não ficou alheia aos acontecimentos. Em todos esses países ocorreram rápidas transformações sociais e políticas, onde a economia agrária cedia espaço para a indústria e as elites se adaptavam ou eram substituídas e o poder central, fortalecido, comandava o processo, de olho ao mesmo tempo no exterior.

O cenário externo favorecia tais avanços, pois a atitude norteamericana para com os países do Hemisfério Sul, num novo contexto político e econômico, foi alterada

após 1933. A política conhecida como “corolário Roosevelt”, foi substituída pela “política de boa vizinhança”. Mas se praticamente desapareceram as pressões, não diminuíram os interesses, como comprovam as inúmeras expedições científicas americanas que visitaram a Amazônia brasileira nesse tempo. É bom lembrar que desde 1928 o empresário Henry Ford estava dando forma a seu projeto de produzir borracha junto ao rio Tapajós e que ainda na década de 1930 os japoneses implantaram projetos agrícolas na Amazônia produzindo a pimenta em escala, bem como introduziram a cultura da juta. Chama a atenção o interesse alemão pela região, havendo inclusive uma expedição científica (SANTOS, 2008), com apoio do governo brasileiro no norte do Pará entre 1935-1937.

Até então a guerra era uma possibilidade, mas o governo americano ficou atento aos acontecimentos, de olho nos avanços dos competidores por produtos estratégicos na América do Sul. Urgia, pois apoiar governos na busca de melhoramentos internos e isso incluía colaborar com capitais e tecnologia. Houve colaboração técnica e recursos materiais para expedições de pesquisa que ampliaram o conhecimento de regiões como a Amazônia. O instrumento para tal política foi o Institute for Inter-American Affairs, cujo comando foi entregue a Nelson Rockefeller.

Mas, conscientes não só do novo momento como também da necessidade de controle, os governos brasileiro e o venezuelano adotaram

medidas reguladoras do acesso a seus territórios. Se acima de tudo, era preciso promover mudanças no perfil econômico (MORALES, 2009, p. 20), já que a grande crise não só diminuiu suas exportações, mas também desarticulou o mercado importador, os governos não queriam perder a soberania.

4. O caso da Venezuela: de Gomes a Contreras.

O papel do Estado, afirma Aubertin (1988, p. 12) [...] “É determinante para catalisar e reorientar as expectativas e tensões sociais desviá-las para uma dimensão horizontal da qual se espera que ofereça a promoção vertical impossível nas regiões econômicas e sociologicamente estabilizadas.” Afirma ainda a autora que, graças à manipulação contínua do espaço com medidas como abertura de estradas e divisões administrativas, o Estado assegura sua legitimidade e estende sua soberania. Nesse sentido, o texto do decreto de Contreras se enquadra perfeitamente no afirmado. O decreto destaca que havia na Venezuela regiões desconhecidas e a necessidade de exploração geológica no sul da “Guiana Venezuelana”, conhecida como “Gran Sabana.” A medida incluía a ação de vários ministérios, militares, sobretudo. Pelo mesmo documento foi criado o Instituto Técnico de Imigração e Colonização.

A defesa de um desenvolvimento que envolvesse o interior venezuelano, patrocinado pelo Estado já era feita desde o século XIX, por Antonio

Guzmán (RIVAS, 1991). Era preciso, segundo Guzmán, atrair o capital privado e imigrantes para desenvolver o país, sem deixar que as leis de mercado dominassem a economia do país. Mas até o início do século XX, conforme Dijs (1991), a Venezuela tinha uma economia baseada na exportação de café, cacau e couros e as antigas forças dominantes, como as oligarquias agrárias foram derrotadas na guerra civil de 1899, instalando-se um governo centralizador. Nesse tempo, o café decaiu, incapaz de concorrer com o avanço da produção brasileira, enquanto a exploração do petróleo passou a dominar, superou os produtos agrícolas e, mais que isso, passou a estruturar uma nova sociedade e concentrar regionalmente a economia.

Em 1908, iniciou-se a era do presidente Juan Vicente Gómez, que governaria até 1935, tido como transformador do país (DIJS, 1991). Foi criado um novo exército e estrutura administrativa tida como moderna, mas inteiramente ligada à exportação petrolífera e aos interesses estrangeiros. Nesse tempo, não parece ter havido problemas ligados às fronteiras com o Brasil, o que inclui perto de 1.500 quilômetros de extensão, 960 deles com o Amazonas venezuelano, até porque as áreas de exploração do petróleo estavam muito distantes dali.

Na versão de Madi (1998), todo o Sul do rio Orinoco foi praticamente abandonado pelo Estado. Este autor afirma que, principalmente no Estado de Amazonas, isto é, a Amazônia venezuelana as missões

religiosas católicas, amparadas pela Ley de Misiones, promulgada em 1915 por Gómez passaram a administrar as populações, indígenas na maioria. A atuação dos missionários, ainda de acordo com Madi (1998), se deu de tal forma que o Estado ali teria na prática abdicado de sua soberania política. Outra versão, da pesquisadora Nazoa (1991, p. 71-72), afirma que houve na região um forte fluxo populacional externo desde o fim do século XIX e início do XX impulsionado pela busca do caucho. O fato causou uma depopulação e aculturação dos indígenas. Lembra ainda a autora que durante a Segunda Guerra voltou a haver grande procura pelo látex, surgindo povoados e ainda maiores problemas aos naturais da terra. Com referência às populações amazônicas venezuelanas, a colaboração no esforço de guerra, representado pela produção acelerada de caucho, principalmente, custou pois um alto preço.

Gómez foi sucedido por López Contreras, que em 1936 fez aprovar uma nova Constituição (RIVAS, 1991) e dois anos após suspendeu a autorização de novas concessões petrolíferas. Criou ainda uma lei nacional para combater um dos males do país: a malária. Procurou ainda ampliar a zona de exploração do petróleo. Esse intervencionismo não era original, pois países como o Brasil estavam trilhando o mesmo caminho, facilitado pela já citada “política de boa vizinhança” dos Estados Unidos após 1933. Outro ponto comum era o abandono da fé nas forças de livre mercado e a

instituição de um planejamento nacional. O diferencial venezuelano era que se admitia que um produto - o petróleo - deveria canalizar lucros para desenvolver todo o país. O citado decreto de Contreras de 1938 fazia, pois, parte de um projeto de desenvolvimento, inteiramente comandado pelo Estado. Mas, pode-se deduzir que havia outras preocupações, como a política externa de Vargas após o Estado Novo (1937-1945).

Conforme Martinez (1980, p. 24-25) Vargas afirmou em 1938 que as medidas de defesa coletivas do Hemisfério Ocidental, acertadas em uma conferência continental não asseguravam a tranquilidade. Mais ainda, o presidente brasileiro também restabeleceu relações com a Alemanha. No entanto, diz o mesmo autor que Vargas tinha como objetivo conseguir uma maior assistência militar ao Brasil. O fato, no entanto, deve ter deixado os vizinhos intranquilos.

Contreras interessou-se pela situação do sul de seu país, limítrofe com o Brasil e a sudoeste, na fronteira com a Colômbia. Em 1936 criou a Polícia Nacional de Fronteiras, depois transformada em Guarda Nacional. Esta foi instalada prioritariamente, na calha do Orinoco, fronteira com a Colômbia, com quem havia alguma tensão. A idéia era guarnecer o então Território Federal de Amazonas, também limítrofe com o Brasil. Dois anos depois Contreras através de decreto ordena uma série de estudos para a exploração geológica no sul de seu país, na fronteira com o Brasil.

Os governos dos dois países estavam impondo uma centralização do poder político ao mesmo tempo em que buscavam eliminar ou diminuir as diferenças regionais. Na Venezuela, não eram idéias novas nem isoladas, pois políticos intelectuais já as defendiam desde o século XIX. Exemplos citados por Rivas (1991, p. 84-102) foram o dos venezuelanos Andrés Bello, Fermín Toro e Leocádio Guzmán, os quais argumentavam que países “jovens” não poderiam assimilar mecanicamente as instituições econômicas do mesmo modo que os europeus, fazendo-se necessária uma maior ação do Estado. Para Guzmán (RIVAS, 1991, p. 92) “[...] Urgia a necessidade de estabelecer um corpo de idéias econômicas que respondessem às próprias circunstâncias históricas da Venezuela e dos países das Nações “Americanas”. Já na década de 1930, lideranças venezuelanas, como Alberto Adriani, Rómulo Betancourt, além de outros defendiam que os lucros do petróleo deveriam ser aplicados no desenvolvimento do país, de acordo com a mesma fonte.

Rivas (1991) revela também que Alberto Adriani propôs em 1936 um projeto nacional em que o Estado deveria organizar a base material da nação. Sem dúvida, Contreras tinha apoio ideológico e exemplos históricos e presentes nas suas decisões. Em 1941, Contreras foi substituído pelo general Isaias Medina Angarita, mas não houve, ao que parece, mudanças na política de fronteiras em seu governo, que durou até 1945. Esta foi

aliás uma data limite para alguns governantes sulamericanos que buscaram um caminho mais independente.

5. O caso brasileiro: O governo Vargas e a Amazônia

As preocupações com as fronteiras no extremo norte brasileiro datam dos tempos coloniais. Mas desde o Império (1824-1889) que não tem havido no geral grandes problemas entre Brasil e Venezuela. Estes assinaram um Tratado de Fronteiras e Navegação em 1859, cujos termos ainda estão em vigor, mas na década de 1930 e posteriormente, ao tempo do regime militar brasileiro (1964-1985) houve tensões e desconfianças. As raízes disso, de acordo com Martinez (1980) estavam na aliança, nem sempre tranquila, entre as políticas externas norte-americanas e brasileiras desde o início da República brasileira em que os países caribenhos seriam preteridos.

Ao contrário da Amazônia venezuelana, alienada da vida do país até boa parte do século XX, a brasileira tem merecido atenções desde o século XVIII. E, no século XIX a economia da borracha provocou o devassamento de seus rios e florestas, além de potencializar uma região criatória: o vale do rio Branco. Em todos esses séculos expedições diversas tem percorrido suas matas, rios e campos e na década de 1930 inúmeras delas, geralmente com apoio de instituições estrangeiras ocorreram, buscando levantar seus recursos

naturais. As razões: Estados Unidos e Alemanha, principalmente, sabiam que uma nova guerra ocorreria e era preciso mapear esses recursos.

Em 1935-37 a expedição alemã que percorreu o norte do Pará provocou polêmica na imprensa brasileira (SANTOS, 2008). Seus integrantes eram jovens militares, embora oficialmente estivessem ali como cientistas. Um deles, Joseph Greiner faleceu junto ao rio Jari e está sepultado sob uma cruz onde ainda se observa uma suástica. O grupo teve apoio local do governo paraense o que demonstra a presença do Estado no empreendimento. Em termos de geopolítica, esse apoio é traduzido como o interesse do governo de Vargas, num jogo político, conseguir ajuda para implantar seu projeto de industrialização e modernização. E os resultados da suposta aproximação com a Alemanha em 1938, já relatada, foram concretos. Foi assim, capitalizando sua importância estratégica, afirma Martinez (1980), que o Brasil obteve, entre outras vantagens, um empréstimo norteamericano e tecnologia para construir a siderúrgica de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, essencial para o desenvolvimento brasileiro.

Tal como na Venezuela, no Brasil da década de 1930 não havia quem defendesse, pelo menos com sucesso, as premissas do livre mercado. Os fatos mostravam que medidas concretas eram necessárias, providas e geridas por um governo fortemente centralizado e intervencionista, capaz de planejar

e implantar mudanças gerais e abrangentes. Afinal, o exemplo maior e prático vinha dos Estados Unidos, após a implantação do *New Deal*. Em resumo, John Keynes e não Herbert Spencer inspirava o momento. Também não faltavam no Brasil os que defendiam um avanço para o interior e ocupação das fronteiras, lembrando os bandeirantes de séculos anteriores, bem como um governo central forte e autoritário. Ilustrativo desse pensamento é o livro *A Marcha para o Oeste*, do poeta Cassiano Ricardo (1940).

E foi em 1940, quando a guerra já avassalava a Europa e partes da Ásia, que o presidente Vargas visitou a Amazônia e, de acordo com Bahiana (1991, p. 17), declarou em discurso na cidade de Manaus que o governo brasileiro pretendia desenvolver uma política que visava a “[...] ocupar a região para protegê-la de invasões estrangeiras e trazer benefícios para camponeses e colonos, em lugar de latifundiários”. O mesmo autor informa que em outro discurso, em Belém, Vargas disse que era preciso modernizar o extrativismo, citando o exemplo do projeto de Ford, cujo fracasso era até então desconhecido. Nesse mesmo discurso o presidente fez um apelo às elites para a participação nesse projeto modernizador.

Participante oficial do grande conflito desde 1942, o Brasil se integraria no processo que incluiria o uso de portos e bases aéreas e o fornecimento de grandes quantidades de recursos naturais, como a borracha. Isso exigiu a organização

de um aparato oficial para a Amazônia que compreendia, informa ainda Bahiana (1991, p. 16-17), o *Serviço Especial de Saúde Pública*, mantido pela Fundação Rockefeller; o *Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia e a Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia*, que tinha o papel de recrutar, hospedar e providenciar a colocação de nordestinos nos seringais. Foi criado ainda o *Banco de Crédito da Borracha*, com 40% de capital norte-americano. Esse conjunto de ações é conhecido como resultado dos “Acordos de Washington”. Quanto à defesa das fronteiras, o governo brasileiro criou em 1943 cinco Territórios Federais, sendo três deles na Amazônia: Guaporé (Rondônia), Amapá e Rio Branco (Roraima); este último limítrofe à Venezuela e Guiana.

6. As mudanças pós 1945

Em 1945 terminou a Segunda Guerra e com ela, uma era das relações internacionais entre países centrais e dependentes. Venezuela e Brasil viveriam novo processo a partir daí. Ambos tinham participado no esforço aliado para vencer a guerra, principalmente com o fornecimento de recursos naturais e cedendo o uso de seu território. Lembra Martinez (1980, p. 26-27) que o Brasil não só ganhou com as exportações e obteve empréstimos favoráveis, mas estabeleceu vínculos estreitos entre militares brasileiros e norte-americanos durante o conflito. Mas antes

mesmo do final da guerra já estavam em andamento medidas que conformariam o futuro do mundo todo.

Em 1944 houve a Conferência de Breton Woods, surgindo desse encontro o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e posteriormente o Fundo Monetário Internacional. O Banco deveria - diz o próprio nome - emprestar recursos para a reconstrução de zonas devastadas pela guerra e para promover o desenvolvimento. No ano seguinte foi fundada a ONU - Organização das Nações Unidas e em 1947 é inaugurada a "Doutrina Truman", para enfrentar a "ameaça soviética". Essa doutrina permeou por toda a Guerra Fria (1947-1991). Buscou-se a paz e o desenvolvimento, teoricamente do mundo todo, mas este continuou dividido entre dominantes e dominados.

Para Brasil e Venezuela o ano de 1945 foi um divisor de águas. O então regime ditatorial brasileiro, no dizer de um historiador (CALMON, 1971, p. 2310) era: "Utilizável para o tempo, passaria com o tempo, afogueado de dogmáticas beligerantes." E ainda [...] "refletiu a moda das ditaduras ideológicas, mas sem se desprender da solidariedade americana." Em resumo, tinha prazo determinado para expirar. De fato, desde outubro de 1944 que militares de alto escalão se manifestavam em favor da "reconstitucionalização" e um movimento de força, em outubro do ano seguinte depôs o presidente. Nesse mesmo mês e ano foi deposto também o governo na Venezuela, onde os militares se mantiveram no

poder até o fim da década seguinte.

Ambos os países votaram nova Constituição em 1946, no entanto, o que veio a seguir, confirma que muitas das medidas e estruturas criadas eram irreversíveis. Na Venezuela os governos que se seguiram a 1945 foram, até 1958, ditaduras militares (VISENTINI, 1995). E, graças ao petróleo, embora daí para a frente se opusesse à política de apoio norte-americano às ditaduras no continente, as ligações com o líder capitalista mundial continuaram fortes, pelo menos até o início da década de 1990.

A Amazônia continuaria a chamar a atenção do mundo como região passível de ser explorada e ocupada por forças extranacionais. Mas, graças aos aparatos institucionais e conscientização de seu valor para a nacionalidade, politicamente construídos desde a década de 1930 é já parte do sentimento de pertencimento nacional. Nações como a Venezuela e Brasil, entre outras, não só a conhecem melhor como tem consciência de sua importância e como parte indissolúvel de seu território, e isso já é uma conquista. Mas a Amazônia vez por outra ainda apresenta surpresas, principalmente na parte setentrional, em boa parte montanhosa. Uma evidência do afirmado: em 1951 uma expedição de franceses e venezuelanos descobriu na fronteira entre os dois países as cabeceiras do rio Orinoco, do lado venezuelano (ZURITA, 1995), fato reconhecido pelo Brasil só em 1969. E perto de 1.000 quilômetros quadrados passaram a constar em outro mapa.

7. Considerações finais

Brasil e Venezuela, países ligados pela Amazônia continental e trajetórias históricas diferentes, tiveram governos e processos político-administrativos que buscaram a consolidação de seu território e de sua economia. Ambos tiveram origem colonial e por décadas tiveram em um produto a sua base econômica, mas há algumas diferenças básicas. O Brasil conseguiu, após 1930 manter uma certa equidistância do centro de poder norte-americano, contrariamente ao período entre a República e o ano de 1933.

País andino, amazônico e caribenho, a Venezuela tem maior proximidade geográfica com a grande potência do Norte, além de um processo histórico no qual tardou a libertar-se do caudilhismo regional. Com Gomes, sua economia ficou regionalizada e arraigada às terras produtoras de petróleo, sendo o interior, como a Amazônia, identificada aqui como o antigo Território, hoje Estado de Amazonas, desmerecedor de maiores atenções. É sintomático que as preocupações do presidente Contreras tenham se dado após várias expedições exploratórias na Amazônia brasileira e algumas movimentações políticas de Vargas em direção à Alemanha Nazista.

País de dimensões continentais, o Brasil permaneceu unificado após sua independência e adquiriu estabilidade política e até certo ponto econômica já na metade do século XIX. Com a República, diferentemente dos vizinhos praticamente

só obteve vitórias nas questões de fronteiras e se aproximou da política externa dos Estados Unidos, praticamente se colocando sob a proteção destes. Essa alienação continental deixou marcas e desconfianças, como demonstram fatos ocorridos na década de 1930. E, se no início da década seguinte, o Brasil promove uma intervenção na Amazônia, tal como na Venezuela, atuaram com mais força fatores externos.

Os governos dos dois países tomaram consciência de que seus territórios tinham que ser não só conhecidos e explorados, prioritariamente, em benefício dos nacionais, mas Vargas estava em posição mais vantajosa. No caso brasileiro, embora se aceitasse a colaboração estrangeira, jamais faltou o controle, militar, sobretudo, da burocracia do Estado Novo. Mas um controle não havia: o da estabilidade do governante no pós-guerra. Nesse sentido, o presidente venezuelano foi até mais prudente ou frágil, abreviando sua administração em dois anos, entregando o cargo em 1941. Vargas só sairia à força, em 1945. Uma rápida observada no presente nos mostra, porém, que muito do que foi feito permanece ou teve continuidade, pois mais que fatos, foram criadas, também, estruturas.

Referências

AUBERTIN, Catherine (Org.). **Fronteiras**. Brasília: UnB/Paris: ORSTOM, 1988.

BAHIANA, Luís Cavalcanti. O Nor-

te na organização regional do Brasil. In: **Geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. 3, 1991. p. 15-23.

CALMON, Pedro. **História do Brasil: o império e a ordem liberal**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971. 7. v.

COMBLIN, Joseph (Pe.). **A ideologia da Segurança Nacional - o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DIJS, Miguel Vander. Estado y economía en Venezuela durante El Siglo XX. In: **Revista Venezolana de Ciencia Política**. Mérida, 1991, p. 103-134.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MADI, Issam. **Conspiración al sur Del Orinoco**. Caracas: Edição do Autor, 1998.

MARTINEZ, Pedro Fernando Castro. **Fronteras Abiertas: expansionismo y geopolítica en el Brasil contemporáneo**. México: Siglo Veintiuno, 1980.

MORALES, Otoniel. **América Latina Y El Caribe em la agenda de la política exterior estadunidense entre 1920-2004: diversificación, coincidência y conflicto**. Caracas: Centro Nacional de História, 2009.

NAZOA, Aida Santana. **La cuestión científica y tecnológica en el Amazonas venezolano: evaluación y perspectivas**. Caracas: Universidade Central de Venezuela, 1991.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1989.

RIVAS, Ramón. El estatismo em Venezuela: historia e perspectiva. In: **Revista Venezolana de Ciencia Política**. Mérida, 1991, p. 81-102.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Modernidade e comunidades ribeirinhas: visões de uma viagem ao Baixo Amazonas**. In: Revista do NUHSA/UFRR, V. 1, N. 2, Out. 2008, p. 107-123.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. Venezuela e Brasil na política internacional: um ensaio exploratório. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. p. 19-43.

ZURITA, Alejandro Mendible. Venezuela-Brasil: Inventário de uma Relação Amistosa. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/Fundação Alexandre de Gusmão, 1995, p. 109-133.